



16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
Setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

Estudo Sobre o Impacto das Receitas e Despesas na Evolução do Ativo Não Circulante do Município de Garopaba

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das receitas e despesas na evolução do Ativo não circulante do município de Garopaba no período de 2008 a 2017. Para alcançar este objetivo procurou-se inicialmente compreender por meio da literatura que o patrimônio público é um conjunto de bens e direitos do povo, no qual é dirigido pela administração pública. As receitas são os recursos obtidos e despesas podem ser entendidos como os gastos. Realizou-se um estudo de caso, o qual efetuou-se uma análise de dados financeiros e patrimoniais coletados em março de 2018, através da Demonstração Variação Patrimonial e Balanço Patrimonial, que foram disponibilizados pela prefeitura de Garopaba. O Ativo Permanente teve um aumento de 223,51% no período analisado, já as receitas e despesas do município apresentaram uma evolução positiva ano após ano, apenas nos anos de 2009 e 2013 foram observados uma pequena redução. Observou-se também que a maior receita é as de transferências, o que aponta a insuficiência de arrecadação do município, a dívida ativa e o imobilizado apresentaram os maiores saldos, demonstrando assim, que o aumento da dívida ativa é o reflexo da extensão de créditos da fazenda pública e contribuições, e ainda, a falta de pagamentos de tributos, como IPTU, IPVA e outros contribuíram para o aumento da dívida ativa, por fim o aumento do salto do imobilizado apresenta um valor maior em terrenos, maquinas, estradas entre outros. Concluiu-se, portanto, que a receita, despesa e ativo permanente cresceram juntas ao decorrer dos anos, desse modo evidenciando o presente impacto que as receitas e despesas possuem no ativo permanente.

Palavras-chave: Receitas e Despesas Públicas; Variação Patrimonial; Estudo de caso.

Linha Temática: **CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA OU CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E DO TERCEIRO SETOR**

1 Introdução

O patrimônio público compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a Administração Pública. Para fazer face as suas necessidades o estado necessita de recursos ou rendas, as quais são denominadas receitas públicas. As despesas públicas são todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade (SILVA, 2009).

As pessoas frequentemente têm se questionado em relação à administração pública a transparências das contas, principalmente em que lugar seu dinheiro está sendo gasto ou investido, se houve uma evolução ao passar dos anos ou se continua tudo idêntico. Na pesquisa de Frey, Marcuzzo e Oliveira (2008) eles levantam a questão da responsabilidade social e do processo da prestação de contas transparentes, onde deveria ocorrer uma maior integração de

Realização:





O Mundo Contábil em Evolução

governo e sociedade, uma vez que são evidenciados apenas demonstrações e relatórios contábeis complexos de difícil entendimento da população.

Assim, afim de expor de uma maneira mais acessível a população, explicações de contas pertencentes a receita, despesa o ativo não circulante, e ainda, apoiar a futuras decisões dos gestores públicos surge a pergunta da pesquisa: Qual o impacto das receitas e despesas na evolução patrimonial do município de Garopaba no período de 2008 a 2017?

Objetivo geral da pesquisa é analisar as receitas e as despesas do município de Garopaba durante o exercício 2008-2017 e demonstrar se elas impactam na evolução patrimonial. Para isso foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: demonstrar através de gráficos a evolução da receita, despesa e evolução patrimonial. Verificar se há relação entre a evolução da receita e despesa com a evolução patrimonial.

Essa pesquisa se justificar por tentar auxiliar gestores públicos de Garopaba na tomada de decisões. Apresentar aos cidadãos de Garopaba de forma transparente as informações orçamentarias, demonstrar se nesses dez anos os recursos foram alocados de forma evolutiva. Tornar o cidadão um fiscal da administração pública. Incentivar novos pesquisadores na realização de pesquisas científicas no município de Garopaba, pois mais estudos, mais aperfeiçoamentos podem ser apresentados.

Este artigo está dividido em cinco etapas, a primeira parte da introdução; a segunda o referencial teórico que aborda o orçamento, patrimônio, receita e despesa. A metodologia está presente na terceira etapa; na quarta encontra-se análise de resultados; e pôr fim a conclusão.

2 Referencial Teórico

2.1 Patrimônio Público

De acordo com Bezerra (2014), o patrimônio é um conjunto de bens, direitos, obrigações, sob o controle de pessoas físicas ou jurídicas. Kohama (2014) realça ainda que o patrimônio público compõe a Administração Pública, não apenas às entidades públicas. A NBC TSP 16.6 apresenta uma definição de patrimônio público:

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O Art. 98, do Código Civil Brasileiro difere bens públicos dos bens particulares, descreve: “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. Sendo assim, os bens públicos são divididos em três categorias: os bens de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais.

Na tabela 1, apresenta-se o conceito de bens públicos de acordo com o Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002, art. 99, I, II, III).

Tabela1. Bens públicos.

Bens de uso comum	São os bens disponibilizados de forma gratuita para o povo, como rios, mares, estradas, ruas e praças.
Bens de uso especial	São destinados a execução do serviço público, como terrenos, edifícios, estabelecimentos da administração Federal, estadual e municipal
Bens dominicais	São os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real de cada uma dessas entidades

Realização:





16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
Setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

Fonte: Elaborado pelo autor com conceito do Código Civil Brasileiro.

O patrimônio dos órgãos públicos está sujeito a diversas variações no decorrer do exercício financeiro, no qual são provenientes de fenômenos imprevistos ou programados. (MOTA, 2009). A “variação patrimonial é alteração de valor, de qualquer elemento do patrimônio público, por alienação, aquisição, dívida contraída, dívida liquidada, depreciação ou valorização, amortização, superveniência, insubsistência, efeitos da execução orçamentaria” (KOHAMA, 2010, p. 179).

As alterações patrimoniais podem ser feitas de duas formas: alterações qualitativas e alterações quantitativas. As variações patrimoniais qualitativas permutam entre os itens que compõem o patrimônio, de forma que as “qualidades” patrimoniais são alteradas, e as quantidades da riqueza líquida não. As variações quantitativas são modificações no patrimônio, podendo ser aumentativa ou diminutiva. (MOTA, 2009)

As variações patrimoniais qualitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Elas devem ser registradas no exato momento do fato gerador, independente do recebimento ou pagamento. Dessa forma há uma divisão sobre o enfoque patrimonial, a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) seria as Receitas e a Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) as Despesas. Entretanto as receitas e despesas orçamentarias não devem ser confundidas. (BEZERRA, 2014)

Segundo Kohama (2009) as alterações no patrimônio público são efetuadas por incorporações e desincorporações. A incorporação é agregação de novos elementos ao patrimônio público e podem originar-se de forma ativa ou passiva. A desincorporação é expressão usada para excluir elementos do patrimônio público, e também pode ser feita de forma ativa e passiva.

De acordo com Bezerra (2014), além das variações patrimoniais também se destaca o Resultado Econômico do Período, que representa a diferença entre o valor total das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

2.2 O Impacto do Orçamento no Patrimônio

O MCAPS (2017, p. 418), conceitua o orçamento como um “instrumento de planejamento de qualquer entidade, pública ou privada, representa o fluxo de ingressos e aplicação de recursos em determinado período”. Em torno de um ano, os recursos são arrecadados aqueles que fixam o montante das despesas na qual ocorre um planejamento para atender da melhor forma a população. (Macedo, Larvada, 2003).

Estudos realizados concluíram que nos países subdesenvolvidos onde os recursos financeiros são gerados pelo governo, são escassos em relação às necessidades da coletividade. Por consequência, o planejamento busca alocar da melhor forma os meios disponíveis para minimizar os problemas econômicos e sociais existentes. (SILVA, 2010). De modo que, o planejamento busca antecipar o futuro, para se preparar melhor do que está por vir. Bezerra (2014), destaca que entre os principais instrumentos administrativos criados até o século XX, o que mais alcançou grande notoriedade foi o planejamento. A cada ano que passou o orçamento e planejamento se aproximaram mais. Santos (2014, p. 3) define o orçamento:

O orçamento público pode ser considerado como um instrumento de planejamento através do qual as políticas públicas são ordenadas segundo prioridades e selecionadas para integrar o plano de ação do governo, de acordo com os recursos disponíveis para financiar tais gastos.

Realização:



O Mundo Contábil em Evolução

O instrumento de planejamento, no Brasil também conhecido como Processo de Planejamento- Orçamento, é formado por três peças fundamentais dispostas na Constituição Federal: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e a Lei de Orçamentos Anuais (LOA). ” Juntas essas peças formam um verdadeiro tripé sobre o qual as técnicas orçamentárias devem ser desenvolvidas a fim de garantir um orçamento baseado nos princípios legais com vistas a atingir os objetivos pretendidos. ” (SANTOS,2014, p.3). O tabela 2, apresenta os conceitos do Planejamento orçamentário.

Tabela 2. Conceitos do Planejamento orçamentário.

Processo de planejamento e orçamento	
Plano Plurianual	Procura ordenar ações do governo que levam ao atingimento de objetivos e metas. É um plano de médio prazo com perigo de 4 anos.
Lei das Diretrizes Orçamentarias	Deverá manter o equilíbrio entre as receitas e despesas. Ela tem um período de curto prazo
Lei Orçamentaria Anual	Ela viabiliza a concretização das situações planejadas no plano plurianual e obedece a Lei das Diretrizes Orçamentarias. O período é de curto prazo

Fonte: Elaboração própria com os conceitos de Kohama (2010) e Constituição Brasileira 2000.

2.3 Composições do Orçamento – Receitas e Despesas

Através da coletividade do estado, são gerados recursos e rendas. Este conjunto que o estado utiliza para enfrentar todos os encargos e manutenção da sua organização, seja com o custeio dos seus serviços, com a segurança de sua soberania, com as iniciativas de fomento e desenvolvimento econômico e social e com o seu próprio patrimônio (SILVA,2009).

Os órgãos públicos exigem desembolsos financeiros, assim como as empresas privadas. Entretanto, as empresas têm como finalidade “ ganhar dinheiro”, já o órgão público seria “gastar dinheiro “. Nas finanças públicas é necessário um ponto de equilíbrio financeiro, assim todos os gastos gerados no desenvolvimento de suas atividade e projetos contem com a fonte de recursos financeiros equivalentes.(MOTA,2009).

A Receita financeira é todo ingresso financeiro nos cofres do Estado e o ingresso financeiro refere-se apenas as entradas e disponibilidades, na forma de caixa, bancos e equivalentes. (ANGELICO,1995; STN 2017).As receitas são classificadas em orçamentarias e extra orçamentarias. O artigo 11 da Lei nº 4.320 classificou receita orçamentaria em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. As receitas correntes são as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras. Já as receitas de capital são provenientes de recursos financeiros oriundos de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos.

A receita pública passa por quatro etapas: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. A previsão, segundo Silva (2009, p. 230) “ indica a expectativa da receita por parte da Fazenda Pública e configura o que se pretende arrecadar no exercício financeiro com o objetivo de custear os serviços públicos programados para o mesmo período”. Mota (2009) esclarece o lançamento seria representada pela identificação do devedor discriminando a espécie, quantia do pagamento. De acordo com, Silva (2010, p. 234) “O terceiro estágio é o ato pelo qual o estado recebe os tributos, multas e demais créditos a ele devidos. Tais recebimentos são promovidos pelos agentes da arrecadação (...). O recolhimento “ é a transferência dos valores arrecadados á conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de Tesouraria de caixa (STN,2017, p. 58).

Realização:



16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
Setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

Segundo Silva (2009, p. 240), as “despesas públicas são todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos, assumidos no interesse geral da comunidade, nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos”. Todos os gastos e pagamentos efetuados em pró do estado, são classificados como despesas públicas. A Despesa Pública é dividida em dois grandes grupos, a despesa orçamentaria e extra orçamentaria. Mota (2009) enfatiza que as despesas orçamentarias são os gastos com a defesa nacional, segurança pública, justiça, saúde, educação, transportes, trabalhos, habilitação, saneamentos etc. Esses gastos necessitam de dispêndios financeiros. Já as despesas extras orçamentarias não são despesas ou gastos, como: devolução de cauções em dinheiro, que não são utilizados para financiar a prestação de serviço público.

A despesa passa por três estágios: o empenho, a liquidação e o pagamento. A fixação é a primeira etapa ou estágio desenvolvido pela despesa pública. Ela passa por alguns procedimentos obrigatórios, desde a elaboração das propostas, a mensagem do Poder Executivo, o projeto de lei, a discussão pelo Poder legislativo e a consequente aprovação e promulgação, transformando-a em Lei Orçamentaria. (KOHAMA, 2010)

De acordo, com o Artigo 58, da Lei Federal nº 4.320/64, o empenho “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”. A partir do momento que é criado um empenho, é gerado uma obrigação do estado para realizar o pagamento. Caso o valor do empenho, seja maior do que a dotação ou crédito fixado, não haverá quitação. A liquidação refere-se ao ato de pagamento do empenho, isto é, após a verificação do documento, destina o direito do credor contra a Fazenda Pública. Desse modo, transcorre um reconhecimento de um passivo no patrimônio. (KOHAMA, 2010).

O pagamento consiste no último estágio da execução da despesa orçamentaria, caracterizado pela emissão, em favor do credor, uma ordem de pagamento, chamado de Ordem Bancária –OB (MOTA, 2009). ” A ordem de Pagamento é o despacho por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga” (artigo 64 da Lei nº 4320/64).

Analisando as variações orçamentarias que impactam nas variações patrimoniais, como receitas e despesas, observa-se que todas as execuções de despesa e receita há reflexos patrimoniais em todas as hipóteses de etapas executadas. No caso da execução de uma despesa de serviço, temos uma desincorporação de um ativo (dinheiro), se é a vista, ou a incorporação de um passivo (fornecedores a pagar), se a prazo. Da mesma forma, uma execução da receita se serviços causa uma afetação patrimonial, pelo surgimento de um ativo (regime de caixa) (MOTA, 2009).

De acordo com o Art.35 da Lei 4.320/1964 sobre o enfoque orçamentário, “pertencem ao exercício financeiro apenas, as receitas nelas arrecadas e as despesas nele legalmente empenhados”. A receita pública segue um regime de caixa, na qual exige que tenha passado pela etapa da arrecadação para sua realização. Já a despesa pública segue um regime de competência, passa apenas pela etapa do empenho para sua execução. (PLATT NETO, 2018)

Assim, o referido artigo se refere ao regime orçamentário e não ao regime contábil (patrimonial). A citada Lei, ao abordar o tema da “Da contabilidade”, determina que as variações patrimoniais devem ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentaria

Realização:





16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
Setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

3 METODOLOGIA

3.1 Enquadramento Metodológico

Presente artigo classifica-se como descritiva, uma vez que buscar analisar o patrimônio público do município de Garopaba. Prodanov; Freitas (2013, p. 52) esclarecem que a pesquisa descritiva ocorre “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”.

Quanto a abordagem, a pesquisa é classificada como quantitativa, pois utiliza alguma coleta de dados, algum instrumento estatístico no seu tratamento (BEUREN,2006). Enquanto ao procedimento metodológico foi considerado um estudo de caso, que de acordo com Gil (2008, p.58) ” é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. O foco da pesquisa é analisar o patrimônio público nos últimos exercícios (2008-2017) do município de Garopaba.

3.2 Caracterização da Amostra

Este estudo utilizou os dados das Demonstrações da variação patrimonial do Município de Garopaba, nos anos de 2008 a 2017.

O município de Garopaba está localizado no litoral sul do estado de Santa Catarina, tem uma população estimada de 22.082 pessoas no ano de 2017, apresenta uma área territorial de 115.405 km². O salário médio mensal dos trabalhadores gira em torno 2,2 salários mínimos (IBGE,2017).

A história de Garopaba inicia-se no descobrimento do Brasil. Pois no ano de 1525 a “Baía de Garopaba” serviu de como abrigo a expedição naval da Cidade de Corunã, que a utilizou para fugir de um temporal. O primeiro povoado surgiu 1666 formado por imigrantes açorianos. Após fazer parte dos municípios de Palhoça e Imbituba, no ano de 1961 Garopaba se torna um município fundada em 19 de dezembro de 1961, através da Lei nº 798/61.As principais atividades econômicas são o turismo, a construção civil, a pesca artesanal, os serviços públicos, agricultura de subsistência, pecuária, comercio, além de industrias de confecção, sendo a mais importante a Mormaii (PREFEITURA DE GAROPABA,2014).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2017) o município de Garopaba possui uma população estimada de 2017 foi de 22.082 habitantes. O salário médio mensal gira em torno de 2,2 salários mínimos. O PIB é de R\$ 20.627,70, sendo 62,1% o percentual das receitas oriundas de fontes externas. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de 2010 era de 0,753 considerado um valor alto (IBGE,2017).

A iniciativa de iniciar essa pesquisa científica, foi pelo fato da autora ser natural de Garopaba. E observar a falta de pesquisas científicas na área pública no município. Através das Demonstrações das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial, essa pesquisa buscar demonstrar a evolução patrimonial que houve nos últimos dez anos de Garopaba.

3.3 Procedimentos de Coleta de Dados

A fim de alcançar tais objetivos, utilizaram-se as Demonstrações da Variação Patrimonial e os Balanços Patrimoniais disponibilizados pela prefeitura de Garopaba de forma impressa. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal Art.63 os municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes não são obrigados a publicar os demonstrativos.

Como fonte de dados, a pesquisa foi constituída por documentos escritos. Normas da Constituição Federal, Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, artigos científicos, livros, monografias.

Realização:



Os passos a seguir foram fundamentada por CAMPAGNONI, M; PLATT NETO (2014) Alguns passos foram seguidos, afim de objetivar e organizar os dados da pesquisa:

1ª etapa: Revisão literária, buscado os conceitos em torno do orçamento público, receitas, despesas e variação patrimonial.

2ª etapa: Levantamento dos demonstrativos do Balanço Patrimonial e Variação das Demonstrações Patrimoniais.

3ª etapa: Coletar e tabular os dados em planilha eletrônica, sobre o Ativo Permanente, receita e despesa. A fim de averiguar os dados apresentados.

4ª etapa: Atualização monetária com base no IPCA.

5ª etapa: Conversão de alguns dados em gráficos, afim de obter uma melhor visualização na comparação dos anos.

6ª etapa: Apresentar análise efetuada, por meio de gráficos, tabelas e textos.

4 Análise dos Resultados

4.1 Análise e Estatística Descritiva

De acordo com o MCAPS (2017), no Balanço Patrimonial, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente. Conforme o art.105 § 2º da Lei nº 4320/64, o ativo permanente compreendera “os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa”.

Por meio da Demonstração das Variações patrimoniais, foi analisado o ativo permanente. Os dados apresentados na tabela 1, foram expressos em moeda original a fim de demonstrar o ativo permanente total de cada ano. Contudo, os valores expostos foram ajustados com base do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). De acordo com IBGE (2018), o IPCA abrange “as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas. Entretanto, a atualização monetária é indispensável, com intuito de não ocorrer conclusões distorcidas. A seguir a tabela 3, com o total do Ativo Permanente.

Tabela 3- Total do Ativo Permanente do município de Garopaba- 2008 à 2017. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017.

Exercícios Financeiros	Total do Ativo Permanente (R\$)	Evolução Ano a Ano (%)
2008	25.755.085,78	
2009	27.577.610,87	7,08
2010	29.086.989,21	5,47
2011	38.101.395,18	30,99
2012	42.012.378,14	10,26
2013	43.084.460,03	2,55
2014	66.155.935,51	53,55
2015	69.426.215,54	4,94
2016	75.944.876,78	9,39
2017	83.319.946,32	9,71

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba.

Diante dos dados contidos na tabela 3, nota-se um crescimento no ativo permanente dos anos de 2008 a 2017. O ano de 2017, apresentou total de Ativo Permanente de R\$ 83.319.946,32

Realização:

O Mundo Contábil em Evolução

milhões. Esse saldo representa um aumento de 223,51 % em relação a 2008. Importante destacar, os valores do ativo permanente estão ajustados com base na inflação, os valores foram atualizados para o final de 2017. Os anos de 2011 e 2014, apresentaram as maiores evoluções de ano a ano. A evolução de um ano para outro em 2011, foi de 30,99 %. E evolução do ano de 2014, foi de 53,55 %. Os anos com menores crescimentos, foi 2013 com 2,55 % e 2015 com 4,94 %. O importante é salientar, que durante os anos o ativo permanente não decresceu, expondo uma evolução positiva ano após ano.

Na análise da demonstração da variação patrimonial e balanço patrimonial dos exercícios financeiros de 2008 á 2017, foi encontrado nos demonstrativos de 2015 adiante diferenças nas estruturas de contas. No decreto 6.976/09 o art. 4ª já cita “ a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade” (BRASIL,2009). Assim, a Portaria nº 634 de 19 de novembro de 2013, vem com objetivo de consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

A nova contabilidade pública ira possuir normas sob padrões internacionais (convergência). De acordo com Dias (2013):

Esse processo de convergência adora uma doação de regras e procedimentos contábeis sobre uma mesma base conceitual, visando a comparabilidade da situação econômica financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais ou internacionais

Até recentemente a contabilidade pública possuía um enfoque nos aspectos orçamentários e financeiros. No entanto com a globalização, surgiu a necessidade de uma contabilidade baseada em critérios uniformes e homogêneos. Uma vez que auxiliaria os gestores, analistas e investidores a utilizar informações transparentes. Assim, surgiu a obrigatoriedade de um processo de convergência entre todas as organizações, inclusive as do setor público. As principais mudanças foram o resgate da Contabilidade Patrimonial e mudanças nos demonstrativos contábeis (NASCIMENTO.J et al).

Tabela 4 – Parâmetros para comparação das contas do Total do Ativo Permanente – 2008 a 2014. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017.

Anos >	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ATIVO TOTAL PERMANENTE	25.755.085,78	27.577.610,87	29.086.989,19	38.101.395,18	42.012.378,14	43.084.460,03	66.155.935,51
CRÉDITOS	395.180,85	387.270,76	367.014,87	40.196,29	4.363.009,53	1.822.707,04	1.089.163,93
Devedores- Entidades e Agentes	0,00	0,00	1.351,43	2.815,71	4.327.691,07	1.789.359,68	1.084.346,07
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	395.180,85	387.270,76	365.663,44	37.380,55	35.318,46	33.347,36	4.817,86
DÍVIDA ATIVA	12.692.235,40	14.254.871,13	11.962.011,42	17.768.216,09	15.318.974,01	16.193.838,65	36.573.198,33
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a (Curto Prazo)	0,00	0,00	0,00	2.179.743,60	43.253,23	960.272,81	0,00
Créditos Inscritos em Dívida Ativa(Longo Prazo)	12.692.235,40	14.254.871,13	11.962.011,42	16.259.160,81	15.362.227,25	15.233.565,84	36.573.198,33
IMOBILIZADO	12.667.669,53	12.935.468,99	16.757.962,91	20.292.982,79	22.330.394,59	25.067.914,33	27.488.920,75
Bens Imóveis	6.225.533,39	6.374.596,63	7.937.683,55	9.435.349,21	11.087.705,35	12.507.381,32	14.103.039,00
Bens Móveis	6.442.136,14	6.560.872,36	8.820.279,36	10.857.633,59	11.242.689,25	12.560.533,01	13.385.881,75

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba

Realização:





O Mundo Contábil em Evolução

Tabela 5 – Parâmetros para comparação das contas do Total do Ativo Permanente – 2015 a 2017. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017.

Anos>	2015	2016	2017
ATIVO	69.426.215,54	75.944.876,78	83.319.964,32
ATIVO CIRCULANTE	2.123.507,71	6.426.031,08	2.472.863,95
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.307.126,48	6.587.403,11	2637789,43
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	-191.278,26	-179.962,14	-172.991,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	7.659,50	18.590,11	8.065,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	67.302.707,83	69.518.845,70	80.847.100,37
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	36.960.615,22	38.867.829,14	43.602.788,90
INVESTIMENTOS	191.278,26	179.962,14	172.991,30
IMOBILIZADO	30.150.814,34	30.471.054,42	37.071.320,08

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba.

Analisando as contas pertencentes do Total do Ativo Permanente, encontram-se três contas principais: Créditos, Dívida Ativa e Imobilizado. A Dívida Ativa e o Imobilizado apresentam os maiores valores entre as contas, além de possuírem um amplo crescimento nos 10 anos de análise. A dívida Ativa, do ano de 2008 a 2017 cresceu em 243,54 %.

Segundo a Lei 4.320, A Dívida Ativa é classificada em tributaria e não tributaria. A Dívida Ativa tributaria abrange os tributos e respectivos adicionais e multas. A Dívida não tributaria, são os demais créditos da Fazenda Pública, como empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas entre outros. Esse aumento da conta da Dívida Ativa se dá, por exemplo, pela falta de pagamento de IPTU, IPVA, ISS, ICMS entre outros.

A conta do Imobilizado, não ocorreu variação de nomes de contas na Demonstração da Variação Patrimonial entre os anos de 2008 a 2017. O imobilizado cresceu 192,65 % entre o ano de 2008 a 2017. De acordo, com NBC T 07, " a classe do ativo imobilizado é um agrupamento de ativos de natureza e uso semelhante nas operações da entidade". Tem com exemplos: Terrenos, Edifícios, estradas, maquinários, equipamentos de escritório, moveis e utensílios, veículos e outros.

Através da estatística descritiva procura-se descrever e analisar melhor a base de dados. As variáveis utilizadas são quantitativas. Optou-se por calcular a média, a medida de dispersão (desvio padrão), e ainda, os valores mínimos e máximos e evolução.

De acordo com os cálculos realizados, a conta Créditos Inscritos em Dívida Ativa a (curto prazo) não houve evolução, já que no ano inicial e o final foi zero. Não foi possível calcular a evolução da conta Devedora – entidades e Agente pela presença do divisor zero,. Em questão da evolução a conta que teve o maior percentual foi a Dívida Ativa, com 188,15 %. A conta Depósitos Realizáveis a Curtos prazo apresentou um decréscimo 98,78 % do ano de 2008 a 2014. A médias das contas apresentou valores distintos, uma vez que não é esperando que as contas apresentem médias iguais. A maior média é a Dívida Ativa, como já tínhamos notado antes, a Dívida Ativa é a conta que teve maior consideração na evolução do ativo permanente. A menor média foi a conta Crédito Inscrito em Dívida Ativa, em razão de só nos anos de 2011, 2012 e 2013 a conta apresentar valores que não seja zero.

Os valores de máximo são os valores dos últimos anos como já era esperado, pois o Ativo Permanente apresentou valores crescente a cada ano. Os valores mínimos, o destaque é a conta Créditos, pois no ano de 2011 apresentou um valor muito baixo em relação a anos anteriores e posteriores. A conta que apresentou o maior desvio padrão foi o Total do Ativo Permanente, e a conta com o menor valor foi Depósitos Realizáveis a Curto Prazo com o valor de R\$ 190.264,54.

Realização:



O Mundo Contábil em Evolução

A conta que apresenta a maior evolução foi imobilizado, com 22,95 %. A conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo e Investimento apresentaram um decréscimo de 9,56 % do ano de 2015 a 2017. Os valores de máximo, ficaram entre o ano de 2016 e 2017, os valores mínimos se concentraram mais no ano de 2015. Em relação a média, foi observado que o ativo apresentou o maior valor. O ativo também apresentou o maior desvio padrão com o valor de R\$ 6.951.272,25, já menor valor foi observado na conta Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo com o valor de R\$ 9.229,08.

4.2. Análise da Evolução de Receitas e Despesas

Através do orçamento público, é estimado o quanto o governo esperar arrecadar e as despesas a realizar. Manter um equilíbrio entre as receitas e as despesas é um fator significativo, já que a Lei de Responsabilidade (LRF) tem a intenção de proibir que os entes da Federação, Estados e Municípios gastem mais do que arrecadam. Dessa forma, as os gestores públicos tem a missão de controlar e avaliar as finanças publica afim de que seus objetivos sejam alcançados. Assim, as boas escolhas dos gestores públicos resultam em uma melhor gestão orçamentaria e financeira. (SANTOS; CAMACHO, 2014)

A fim de analisar as receitas e despesas do município de Garopaba, foi extraído os saldos de receita e despesas da Demonstração do resultado do exercício de 2008-2017. Todos os valores foram corrigidos monetariamente pelo índice do IPCA (IBGE). A tabela 6, apresenta o total das receitas e despesas.

Tabela 6- Total das Receitas e Despesas do município de Garopaba -2008 á 2017.
Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA 31/12/2017.

Exercícios Financeiros	Receitas	Evolução ano a ano (%)	Despesas	Evolução ano a ano (%)
2008	43.469.054,4		41.416.960,16	
2009	40.487.034,89	-6,86	37.024.061,37	-10,61
2010	48.331.139,35	19,37	47.131.233,61	27,30
2011	52.409.303,71	8,44	50.537.454,99	7,23
2012	58.574.971,60	11,76	56.357.392,64	11,91
2013	58.157.611,58	-0,71	53.781.707,13	-4,57
2014	64.789.690,38	11,40	60.626.236,31	12,73
2015	86.261.995,1	33,14	78.051.695,40	28,74
2016	94.979.877,47	10,11	77.961.450,44	-0,12
2017	97.616.410,09	2,78	90.462.278,53	16,03

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba.

Analisando a tabela 6, nota-se que as receitas obtiveram um aumento de 124,57% do ano de 2008 até 2017. Apenas nos anos de 2009 e 2013 houve um decréscimo no saldo das receitas, o restante dos anos sempre ocorreu um crescimento. Os anos de 2010 e 2015 apresentaram os maiores valores percentuais na evolução, de 19,37 % e 33,14%.

Em relação as despesas, ocorreu também um aumento de 2008 a 2017 de 118,42%. Os anos de 2009, 2013 e 2016 houve um decréscimo nos saldos em comparação com o ano anterior, de 10,61%, 4,57% e 0,12%. As maiores evoluções percentuais foram nos anos de 2010 e 2015.

Através das análise dos quocientes obtidos evidenciam-se que as receitas nos anos de 2008 a 2017 superaram as despesas resultando em um superávit orçamentário. Segundo Lima *et al*(2010) o superávit nem sempre pode significar um uma vantagem para ente, pois o

Realização:



governo pode ter deixado de gastar em algo de extrema importância em prol do bem estar da coletividade, em ações que já estavam previstas no orçamento.

Conforme dados das receitas no período analisado, percebe-se um crescimento, conforme Tabela 7. A tabela 7 apresenta as contas das receitas dos exercícios de 2007-2014.

Tabela 7 – Parâmetros para comparação da receita total – 2008 a 2014. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017

Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receitas	43.538.273,00	40.487.034,89	48.331.139,35	52.409.303,71	58.574.971,60	58.157.611,58	64.789.690,38
Receitas Correntes	41.838.738,29	39.060.825,46	42.485.672,31	47.901.797,87	51.476.152,51	52.355.228,82	56.418.516,61
Receita Tributária	7.780.269,84	8.311.877,05	8.836.566,99	10.240.643,97	10.879.396,89	13.010.501,16	15.244.598,37
Receita de Contribuições	1.349.883,36	1.417.281,76	1.444.992,50	1.685.321,73	1.854.793,78	1.817.707,23	1.924.083,70
Receita Patrimonial	1.046.618,92	1.038.695,88	1.580.157,11	2.234.091,63	3.416.261,22	2.042.225,16	2.687.777,49
Receita de Serviços	4.870.778,12	2.747.297,47	934,46	615,36	568,63	70,24	482,74
Transferências Correntes	27.882.494,98	27.691.896,10	32.523.946,12	36.392.105,87	38.012.428,57	39.036.631,32	38.605.648,63
Outras Receitas Correntes	2.269.010,70	1.516.516,36	1.914.759,52	2.103.069,22	1.857.139,46	2.538.092,17	3386235,65
(-) Deduções da Receita Corrente	-3.360.317,60	-3.662.739,18	-3.815.684,39	4754049,92	-4.544.436,05	-6.089.998,46	-5.061.210,02
Receitas intra-Orçamentárias Correntes	777.066,96	902.104,19	975.759,35	1.244.180,70	1.539.310,58	1.725.643,00	1.882.578,44
(-) Deduções das Receitas intra-Orçamentárias	0,00	0,00	-1.410,09	0,00	-5.420,91	698,04	-18.122,34
Receitas de Capital	853.249,24	524.105,24	4.871.117,78	3.263.411,81	5.564.929,42	4.077.437,80	6.506.717,65
Operações de Crédito	187.976,50	365.277,09	145.376,55	938.887,62	1.704.823,50	604.028,51	1.083.859,66
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	55.524,37	29.683,53	55.216,24	106.446,69
Transferências de Capital	665.272,74	158.828,15	4.725.741,23	2.268.913,15	3.830.422,39	3.418.193,06	5.316.411,31

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba.

As principais contas que integram as receitas são as receitas correntes, as receitas intra-orçamentárias e as receitas de capital. Em todos os anos, o grupo que apresenta os maiores saldos são as receitas correntes, com cerca de 85% das receitas totais. E as subcontas das receitas correntes com maior representatividade são as receitas tributárias e as transferências correntes.

A conta transferências correntes segundo o MCAPS (2017 p. 48) “são os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou financiamento relacionadas a uma finalidade pública específica”. As transferências correntes de Garopaba chegam a representar 65 % das receitas totais, o que podemos concluir que o município não consegue se sustentar sozinho, ele necessita de repasses da União. A receita tributária são compostas por impostos, taxas e contribuições de melhoria. As receitas tributárias chegaram a representar 22% das receitas totais.

Importante destacar que as receitas de serviços ao decorrer dos anos chegaram a diminuir a quase 100%, o que pode ter ocorrido foi a redução dos serviços administrativos gerais, serviços referentes a saúde, atividade referente a navegação e transporte entre outros. Nas receitas de capital, a subconta alienação de bens teve um aumento de 2008 a 2014 consideráveis, o município talvez alienasse bens móveis e imóvel ou intangível de propriedade do ente público.

Realização:

A tabela 8 evidencia as contas e subcontas que integram as despesas dos exercícios de 2007-2014.

Tabela 8 – Parâmetros para comparação da despesa total – 2008 a 2014. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017

Anos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Despesas	41.416.960,16	37.024.061,37	47.131.233,61	50.537.454,99	56.357.392,64	53.781.707,13	60.626.236,31
Despesas Correntes	35.145.878,92	33.615.444,81	33.717.771,20	39.774.467,75	43.193.420,77	46.019.832,23	48.819.648,43
Pessoal e Encargos Sociais	16.757.368,52	17.523.259,69	18.749.174,42	20.564.734,75	24.612.065,23	27.517.069,77	30.003.876,96
Juros e Encargos da Dívida	152.082,03	40.073,44	51.408,03	103.732,16	154.991,23	257.561,13	154.097,07
Outras despesas correntes	18.236.428,38	16.052.111,67	14.917.188,76	18.303.386,40	18.426.364,31	18.245.202,62	18.661.674,40
Despesas de Capital	5.451.801,62	2.559.386,36	12.437.421,72	9.518.828,18	11.581.758,68	6.030.205,56	10.027.284,49
Investimentos	3.603.526,75	1.955.626,15	12.173.769,11	8.854.372,34	10.972.855,53	4.912.922,04	8.948.680,07
Amortização da Dívida	1.848.274,86	603.760,22	263.652,61	318.881,38	608.903,15	1.117.283,52	1.078.604,42
Despesas Intra-Orçamentárias	819.279,61	849.230,20	1.006.808,21	1.244.159,06	1.582.213,18	1.738.112,31	1.779.303,38
Pessoal e Encargos Sociais	778.320,82	827.036,86	1.006.808,21	1.244.159,06	1.409.248,95	1.483.971,31	1.532.596,13
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0	143.015,01	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0	0	29.949,22	0,00	0,00
Outras despesas correntes	40.958,79	22.193,33	0	0	0,00	247.698,04	246.707,25

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba.

Nas despesas totais, com cerca de 80% das despesas totais. Em comparação com as subcontas, as de maiores valores são pessoais e encargos sociais e outras despesas correntes. As maiores despesas do município são com pensionistas, civis, militares, empregos, reformas, pensões e gratificações, aquisição de material, pagamento de diárias, contribuições e auxílio transporte.

Apesar de ter passado 7 anos, a conta juros e encargos da dívida possui o menor saldo das despesas totais, além de, não ter um grande aumento significativo após os anos. Isso é bom para município, reflete que o município não tem gastado dinheiro com pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internos e externos, bem como dívida pública imobiliária. Analisando a conta investimento, percebe-se que ao decorrer dos anos o município passou a investir mais, seja com planejamento e execução de obras, aquisições de imóveis, instalações e equipamentos.

A tabela 9 mostra as receitas do município de Garopaba de 2015 a 2017. A partir de 2016 surgiram novas contas, deixando a demonstração mais sucinta.

Tabela 9 – Parâmetros para comparação da receita total – 2015 a 2017. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017

Anos	2015	2016	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	86.261.995,11	94.979.877,47	97.616.410,09
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	19.701.528,95	22.062.981,21	24.966.082,99
IMPOSTOS	15.590.320,40	17.078.200,95	19.464.234,37
TAXAS	4.111.208,55	4.984.780,26	5.531.848,62
CONTRIBUIÇÕES	3.681.277,56	4.481.324,92	7.451.164,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.098.052,91	2.661.704,93	4.164.970,08
CONTRIBUIÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.583.224,65	1.819.630,29	3.286.194,56

Realização:



O Mundo Contábil em Evolução

EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	5.721,17	30.133,36	16.598,17
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	5.721,17	30.133,36	16.598,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	3.483.376,45	5.238.161,53	5.639.826,18
JUROS E ENCARGOS DE MORA	593.524,31	650.480,78	1.852.873,50
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.889.852,14	4.587.680,76	3.786.952,68
TRANSFERÊNCIAS DE DELEGAÇÕES RECEBIDAS	49.176.797,83	52.062.921,76	54.628.807,37
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.786.921,87	11.696.254,73	12.702.261,42
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	37.382.736,26	40.366.667,03	41.926.545,95
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.747,66	0,00	0
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	3.392,04	0,00	0
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	146,55	934,46	132,27
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	146,55	934,46	132,27
OUTRAS VARIAÇÕES DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	10.213.146,59	11.103.409,93	4.883.798,47
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	2.238.772,19	1.477.569,68	1.301.487,53
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	7.974.374,40	9.625.840,25	3.582.310,94

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba.

Nas receitas, as contas com maiores valores são impostos, taxas e contribuições de melhorias, as transferências de delegações recebidas. Mesmo que a demonstração tenha acrescentado novas contas, as contas com maiores saldos de 2007-2014 são as mesmas de 2015-2017. A tabela 10, apresenta as despesas do município de Garopaba nos anos de 2014-2015.

Tabela 10 – Parâmetros para comparação da despesa total – 2015 a 2017. Valores monetários em R\$ Milhões, atualizados pelo IPCA até 31/12/2017

Anos	2015	2016	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	78.051.695,40	77.961.450,44	90.462.278,53
PESSOAL E ENCARGOS	35.752.945,70	27.322.753,81	35.838.730,53
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	29.824.530,01	33.050.552,12	29.978.151,57
ENCARGOS PATRONAIS	5.214.890,06	5.042.602,32	5.160.842,99
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-PESSOAL E ENCARGOS	712.898,24	685.195,99	699.735,97
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	713.452,66	853.835,36	1.081.975,04
APOSENTADORIAS E REFORMAS	620.948,69	738.727,46	952.868,22
PENSÕES	81.754,10	108.164,72	115.511,52
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	10.749,87	6.943,08	13.595,30
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	17.544.803,90	20.445.494,49	22.492.955,67
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.610.261,85	6.457.336,26	7.460.737,68
SERVIÇOS	11.934.106,01	13.341.529,99	14.326.097,18
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	436,04	646.669,41	706.160,81
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	84.464,59	37.665,69	212.269,72
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	75.359,51	37.465,88	212.019,72
JUROS E ENCARGOS DE MORA	3.253,12	146,19	250,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS-FINANCEIRAS	5.851,96	53,63	18.000.478,13
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	16.543.748,64	17.014.477,28	12.952.131,88
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	11.786.921,87	11.946.879,25	4.620.466,17
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.350.593,52	4.590.443,07	230.687,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	384.690,50	317.789,20	197.213,08
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	21.542,76	159.365,76	4.388.203,58

Realização:



O Mundo Contábil em Evolução

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	757.253,66	1.879.257,56	1.617,30
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.219,58	1.391,19	177.856,23
DESISCORPORAÇÃO DE ATIVOS	753.034,08	1.877.866,37	4.208.730,05
TRIBUTÁRIAS	587.380,64	651.360,48	692.990,02
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.744,02	5.688,73	5.958,69
CONTRIBUIÇÕES	581.636,62	645.671,76	687.031,33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS DIMINUTIVAS	6.068.272,99	4.028.807,46	7.754.635,84
PREMIAÇÕES	20.359,52	20.966,55	16.559,80
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	5.989.187,97	3.991.685,09	7.729.293,31
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAS DIMINUTIVAS	58.724,66	16.155,83	8.872,73

Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba

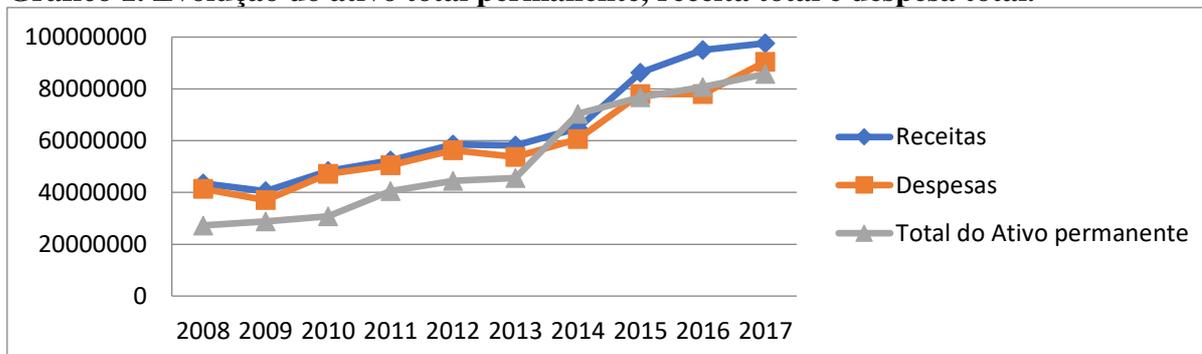
Nas despesas, as contas que com os maiores valores são de pessoal e encargos variações patrimoniais diminutivas financeiras.

4.3. Análise comparativa da evolução patrimonial com receitas e despesas

Através do gráfico 1, nota-se o ativo permanente cresceu junto com as receitas e despesas. Um bom indicativo é que a os gestores de Garopaba souberam administrar os recursos, por mais que as despesas tenham aumentado as receitas também aumentaram, fazendo com que se pudesse investir mais no município. É evidente o impacto que as receitas e despesas tenham no ativo permanente.

Praticamente em todos os anos, as receitas que possuíram os maiores valores, apenas no ano de 2014 o maior foi ativo permanente. Ótimo sinal, que as três contas tiveram saldos crescentes a cada ano que passou, e não possuíram saldos decrescentes. A seguir o gráfico 1, com a evolução do ativo permanente, receita e despesa totais.

Gráfico 1. Evolução do ativo total permanente, receita total e despesa total.



Fonte: Elaborado por autores a partir da Demonstração da Variação Patrimonial e Balanço Patrimonial disponibilizado pela Prefeitura de Garopaba

Realização:



16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
Setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar o impacto das receitas de despesas públicas na evolução patrimonial do município de Garopaba durante o exercício de 2008-2017, através da análise da Demonstração da Variação Patrimonial e Balanço Patrimonial.

No que tange a conta do Total do Ativo Permanente, a cada ano obteve um crescimento dos valores e nenhum decréscimo. Dessa maneira, alcançou uma evolução positiva de 223,51 % do ano de 2008 a 2017.

Já na comparação das contas do Ativo Permanente, a dívida ativa e o imobilizado apresentaram os maiores saldos, demonstrando assim, que o aumento da dívida ativa é o reflexo da extensão de créditos da fazenda pública e contribuições, e ainda, a falta de pagamentos de tributos, como IPTU, IPVA e outros contribuíram para o aumento da dívida ativa. O aumento do salto do imobilizado apresenta um valor maior em terrenos, maquinas, estradas entre outros.

A estatística descritiva nos auxiliou a demonstrar que as contas com maiores expressividades são a dívida ativa e o imobilizado. Ocorreu algumas oscilações de valores entre as contas do ativo permanente durante os anos, como os créditos da dívida ativa não houve evolução durante os anos, a conta Depósitos Realizáveis a Curtos prazo expos um decréscimo expressivo.

A receita do município apresentou uma evolução positiva ano após ano, apenas no ano de 2009 e 2013 que teve uma pequena redução. A despesa também teve uma evolução positiva, e nos mesmo anos da redução da receita foi a redução da despesa. Um fato que acontece com muitos municípios, foi evidenciado no município de Garopaba também, que a maior receita é as de transferências, uma vez que, o município não consegue se bancar apenas com as receitas próprias.

É evidente, que existe um integro impacto das receitas e despesas na evolução do ativo não circulante do município de Garopaba. Posto que, as receitas, despesas e o ativo permanente expandiram juntos a cada ano que passou. Através dessa análise, é importante considerar mais estudos na contabilidade pública no município de Garopaba. Afim, de auxiliar os atuais gestores do município em eventuais decisões e revelar aos cidadãos a situação das contas públicas do município.

Sugere-se como pesquisa futura uma análise aprofundada das dívidas ativas e do imobilizado, bem como explicar esse crescimento nos saldos das contas. Mas ainda, analisar outros demonstrativos e contas que pertencem a contabilidade pública de Garopaba.

Referências

ANGÉLICO, J. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

ASSIS, L. G. B. de. **Processo legislativo e orçamentário público: a função de controle do Parlamento**. 2009. 299 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2009.

ARTIGO 19. **Guia pratico da lei de acesso a informação**. 2016. Disponível em:< <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2016/10/Guia-Prático-da-Lei-de-Acesso-à-Informação.pdf>>. Acesso em: 02 de abril. 2018.

BALEEIRO, A. **Uma introdução à ciência das finanças**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Realização:





16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

BEZERRA FILHO, J. E. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Abordagem simples e objetiva. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Lei n.º 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 16 mai. 2018.

_____. **Lei n.º 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 18 fev. 2011.

_____. **Lei no 12.527**, 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 novembro 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 6 de jun. 2012.

_____. **Lei Complementar n.º 101**, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. **Decreto n.º 6.976**, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Decreto/D6976.htm. Acesso em: 12 jun. 2016.

CAMPAGNONI, M.; PLATT NETO, O. A Observância dos Limites para Despesas com Pessoal entre Poderes e Órgãos da União no Período de 2000 a 2013. **Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e Iniciação Científica**. 2014, p. 1-18. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140422034436.pdf>. Acesso em 16 maio.2018

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **NBC TSP 07**, de 22 de setembro de 2017. Aprova a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado. Publicada no DOU de 28/09/2017. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=NBCTSP07.docx. Acesso em: 21 mai.2018

D'AURIA, F. **Contabilidade Pública**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

DIAS, R. P. **Rumos do processo de implantação da nova contabilidade pública no âmbito da união**. Brasília: Slide, 2013. 50 slides, color. Disponível em: www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/205525/Apresentacao_STN.ppt. Acesso em: 16 mai. 2018

FREY, M. R.; MARCUZZO, J. L.; OLIVEIRA, C. de. O Balanço Social Como Ferramenta De Transparência Para O Setor Público Municipal. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, p.75-92, 2008.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública**: Teoria e Prática. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm. Acesso em: 16 mai. 2018.

Realização:





16º ECECON

Encontro Catarinense
de Estudantes de
Ciências Contábeis

17 e 18 de
Setembro de 2018

O Mundo Contábil em Evolução

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Garopaba- SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/panorama>> Acesso em: 15 mai. 2017

LIMA, E. S. et al. **Análise do Orçamento Municipal: Equilíbrio entre Despesas e Receitas da Prefeitura Municipal de Teresina nos Anos de 2004 a 2008.** XVI Seminário de Pesquisa do CCSA, *Anais...* 2010.

MAIA, W. **História do orçamento público.** São Paulo: 2010.

MOURA, R. A. **Princípios contábeis aplicados à contabilidade governamental:** Uma abordagem comparativa no Brasil – Estados Unidos. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2003.

MOTA, F. G. L. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** Brasília: Gestão Pública, 2009.

NASCIMENTO, J. et al. **A Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público:** uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. Congresso de Contabilidade 2015. Congresso UFSC de controladoria e finanças 6, congresso UFSC de iniciação científica 6, congresso IBEROAMERICANO de contabilidade e gestão, Florianópolis, 2015.

NBC TSP 16.6 – **Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.** Alteradas pela Resolução CFC nº 1.437/13, de 17/04/2013. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/11/setor_publico.pdf Acesso em: 29 mar. 2018.

PLATT NETO, O. A. **Contabilidade Pública:** atualizada e focada. 19. ed. Florianópolis: Edição do autor, 2018.

PLATT NETO, O. A. **Instrumentos do Planejamento Estatal: PPA, LDO e LOA. Material didático (slides) da Disciplina Contabilidade Pública I.** Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 13. ed. Florianópolis: Edição do autor, 2017

PREFEITURA DE GAROPABA. **História do município.** 2014. Disponível em: <<http://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/23105>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, L. A. dos; CAMACHO, E. U. **Orçamento Público Municipal: Uma Análise no Município de Cosmópolis/SP com Enfoque no Equilíbrio das Receitas X Despesas no Período de 2007 a 2012.** Revista Evidenciação Contábil & Finanças, v. 2, n. 2, p.82-94, 31 ago. 2014. <http://dx.doi.org/10.18405/recfin20140206>.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).** Aprovado pela Portaria STN n.º 840/2016 e pela Portaria Conjunta STN/SOF n.º 2/2016. 7. ed. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20ed+i%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>>. Acesso em: 19 mar. 2018

STN (2013b). **Portaria n.º 634,** de 19 de novembro de 2013. Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_25094820_PORTARIA_N_634_DE_19_DE_NOVEMBRO_DE_2013.aspx>. Acesso em: 17 nov. 2018

Realização:

